

1 **Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH BPSI)** no ano
2 de 2020, realizada no dia **24 de novembro de 2020 (terça-feira)**, às 14h, por videoconferência,
3 com a seguinte **ordem do dia: 1 - Abertura; 2 - Apresentação das principais ações do CBH BPSI; 3**
4 **- Aprovação da Ata da 3ª R. O. do CBH BPSI em 2020; 4 - Informações sobre Plano de Bacia do**
5 **Rio Paraíba do Sul; 5 - Apresentação do GT Vazões Pomba-Muriaé/CEIVAP; 6 - Apresentação do**
6 **Parecer Técnico do IFF - Análise Técnica Sobre Requerimento de Outorga/PCH Saltinho/Rio**
7 **Itabapoana; 7 - Apresentação de Luíza Salles (Ecoanzol) sobre participação no CNRH; 8 -**
8 **Andamento dos processos administrativos e técnicos; 9 - Formação de Comissão Eleitoral do**
9 **CBH BPSI; 10 - Definição do Calendário 2021; 11 – Encerramento. Item 1 – Abertura:** Reunião
10 iniciada às 14h20 em segunda chamada pelo Diretor Presidente do CBH BPSI, João Gomes (UENF).
11 Antes do início formal da reunião, o Ten. Daniel Rodrigues, do Corpo de Bombeiro Militar (CBM)
12 informou que houve mudanças recentes no comando regional do CBM e que atualmente estão
13 divididas as regionais norte e noroeste. Disse que a Noroeste tem à frente o Ten. Tostes e a Norte
14 o Cap. Muniz. João Gomes (UENF), Diretor Presidente do CBH BPSI, pediu ao Daniel Rodrigues que
15 solicitasse envio de expediente da Redec Norte (CBM) ao CBH BPSI para formalizar a substituição
16 do seu representante. Com a presença de 14 membros titulares, às 14h20 a reunião foi iniciada em
17 primeira chamada. João Gomes agradeceu a presença de todos e chamou atenção a longa pauta
18 da presente reunião. Em seguida destacou as presenças dos convidados Gisele Boa Sorte
19 (Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade) e Friedrich Herms (Vice-Presidente do
20 Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI). Passou a palavra para o Diretor Secretário, Carlos
21 Ronald (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes) para dar seguimento à pauta. Sugeriu
22 aprovação imediata da ata da 3ª Reunião Ordinária de 2020 e em seguida as apresentações da
23 Gisele Boa Sorte, sobre o Plano de Bacia do Rio Paraíba do Sul e depois do André Marques (Diretor
24 Presidente da AGEVAP) para apresentar informações do Grupo de Trabalho Vazões Pomba-Muriaé,
25 do CEIVAP. Carlos Ronald falou que previamente foram feitas algumas solicitações de antecipação
26 da pauta. Consultou a todos se mais alguém possuiria solicitação semelhante em função de suas
27 agendas. Luiza Salles (Ecoanzol) falou que possui importantes informes sobre sua participação no
28 Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e desejaria antecipar sua pauta. Ficou proposta e
29 aprovada a antecipação do item de pauta número 4, que ocorreria após as apresentações do André
30 Marques e da Luiza Salles. **Item 2 - Apresentação das principais ações do CBH BPSI:** João iniciou
31 sua apresentação sobre as ações do CBH BPSI ao longo dos últimos anos. Após a apresentação do
32 João o Carlos Ronald falou que faltou destacar as ações do GT Nascentes, do qual é coordenador e
33 que recentemente redefiniu suas ações visando maior efetividade e alcance dos objetivos. **Item 3**
34 **- Aprovação da Ata da 3ª R. O. do CBH BPSI em 2020:** A Ata da 3ª R. O. de 2020 foi aprovada por
35 unanimidade com as contribuições do João Gomes, que foram apresentadas na projeção online.
36 **Item 4 - Informações sobre Plano de Bacia do Rio Paraíba do Sul:** Em seguida Gisele Boa Sorte
37 iniciou sua fala. Disse que não preparou uma apresentação digital, mas que vai apresentar
38 informações sobre o Plano de Bacia. Gisele explicou que ocorreu uma reprogramação do contrato
39 do Plano de Bacia. Falou que no início desse ano entraram na fase 2, com a abordagem também
40 dos afluentes mineiros. João Gomes solicitou que Gisele falasse sobre a participação do INEA e
41 ANA na definição da porção do Itabapoana. Gisele explicou que primeiramente a porção do
42 Itabapoana havia ficado de fora e que essa situação incomodava bastante os órgãos gestores, visto
43 que a Região Hidrográfica IX (RH IX) é Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Assim, foi inserida nas
44 ações do Plano do CBH BPSI a previsão de desenvolvimento de um estudo para a porção do
45 Itabapoana a ser executado logo nos primeiros anos de implantação do Plano de Bacia. Falou que
46 outro avanço está ocorrendo na integração entre os órgãos gestores e os envolvidos na gestão da
47 bacia do Rio Paraíba do Sul. Disse que uma linha de bastante avanço foi na área de águas
48 subterrâneas, que vai contemplar também a porção do Baixo Paraíba. João Gomes destacou que o
49 Plano não é mero papel e sim um compromisso entre os CBHs e órgãos gestores, para que essas

50 ações de fato sejam implantadas. Gisele concordou com a fala do João e destacou que deverá ser
51 feita uma pactuação entre os envolvidos para que essas ações sejam efetivamente colocadas em
52 prática. Por fim, João agradeceu a participação da Gisele e passou a palavra ao Carlos Ronald para
53 dar continuidade à reunião. Em seguida Luiza Salles foi consultada e pediu para adiar um pouco
54 sua apresentação. João sugeriu que então o André Marques fizesse sua apresentação. **Item 5 -**
55 **Apresentação do GT Vazões Pomba-Muriaé/CEIVAP:** André Marques (Diretor Presidente da
56 AGEVAP) disse estar satisfeito com a participação do órgão gestor na presente reunião e destacou
57 a importância da construção do plano integrado, o que não teria ocorrido até então. Falou que
58 existem dois estudos no Grupo de Trabalho (GT) Vazões. O primeiro, sobre os canais de Campos,
59 visa um projeto que garanta adução de água para o sistema de canais da baixada campista e avalie
60 problemas estruturais nas estruturas das comportas desse sistema, cujo Termo de Referência (TdR)
61 está pronto e deverá ser novamente referendado na plenária do CEIVAP. Explicou que o projeto
62 tem um custo estimado em R\$ 986.165,97. O segundo projeto se trata de um estudo nas partes
63 mineira e fluminense da bacia do Rio Paraíba do Sul, com foco na segurança hídrica, considerando
64 eventos recorrente de escassez hídrica e enchentes, por exemplo. Esse com valor estimado em R\$
65 1.569.000,00. Falou que há também um projeto para Plano de Gerenciamento de Riscos e outro
66 sobre os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos. Explicou que esses são alguns
67 dos exemplos de ações do CEIVAP com aplicação de recursos na região do Baixo. Mostrou que,
68 somados os valores estimados dos projetos citados, atinge-se um montante aproximado de sete
69 milhões de reais. Após apresentação do André, o Diretor Administrativo do CBH BPSI, Zenilson
70 Coutinho (ASFLUCAN) pediu para destacar sua intenção em manter a luta por um plano de bacia
71 exclusivo do CBH BPSI. Gisele Boa Sorte falou que o CBH BPSI é uma referência de Comitê que
72 discutiu o seu plano de ação de forma a garantir as especificidades da sua região hidrográfica.
73 Aparecida Vargas (ABRAGEL) pediu para lembrar que não se pode esquecer a região do Itabapoana,
74 que é parte da RH IX, mas extrapola a área da bacia do Rio Paraíba do Sul, e por isso pediu destaque
75 à fala do Zenilson. Jeferson Fernandes (OAB) requereu à Diretoria do CBH BPSI e sua secretaria,
76 que na próxima reunião seja feito o envio prévio de documentos a serem apresentados. Deu como
77 exemplo o parecer técnico do Instituto Federal Fluminense (IFF), que considerou importante, mas
78 que apenas localizou na internet, pois não foi enviado junto com a convocatória. Carlos Ronald
79 prometeu atenção à solicitação para atender o apontamento do Jeferson nas próximas reuniões.
80 **Item 6 - Apresentação do Parecer Técnico do IFF - Análise Técnica Sobre Requerimento de**
81 **Outorga/PCH Saltinho/Rio Itabapoana:** Vicente Oliveira (IFF), Diretor Administrativo do CBH BPSI,
82 iniciou a explicação sobre o parecer técnico do IFF. Apresentou os nomes dos profissionais
83 membros da equipe multidisciplinar que construiu o documento a pedido do CBH BPSI. Vicente
84 explicou que, para a construção desse parecer, foram solicitados previamente documentos ao CBH
85 BPSI e ao CERHI. Listou toda documentação e legislação que foi analisada e adotada para a
86 elaboração do parecer. Destacou que esse documento é público e está disponível na página do IFF,
87 que pediu para ser divulgada a todos os membros no chat da presente reunião e por e-mail. Após
88 a fala do Vicente, Aparecida Vargas falou que esperava uma apresentação técnica sobre o conteúdo
89 e não apenas uma explicação sobre a construção do documento. Disse que não considera este um
90 documento público, uma vez que fora solicitado pelo CBH BPSI. Falou que o documento já está na
91 internet, mas que essa publicação careceria de aprovação prévia. Pediu que se tenha cuidado na
92 divulgação desse tipo de documento, pois até mesmo se houver uma alteração futura, a primeira
93 versão já estará circulando e não se teria mais controle. Vicente Oliveira falou que apenas no dia
94 de hoje lhe foi solicitada sua apresentação sobre o documento, mas que foi orientado a não
95 aprofundar sobre o conteúdo pois o documento ainda seria analisado pela Diretoria do CBH BPSI.
96 Falou que considera o documento público pois foi emitido por uma instituição de caráter público
97 e que está no sistema online do IFF para conhecimento de todos. Falou que o CBH BPSI pode acatar
98 ou não o que aponta o parecer, mas que este não terá seu conteúdo alterado. Aparecida Vargas

99 falou que não entendeu o motivo de ter sido pautado sem passar previamente pela Diretoria. Falou
100 que todas as solicitações ao CERHI foram deliberadas pela Diretoria colegiada do Conselho e disse
101 que foram enviados todos os documentos relacionados ao tema, até mesmo além do que fora
102 solicitado. Thaís Nacif (AGEVAP/CBH BPSI) falou que esse parecer surgiu após uma deliberação da
103 Diretoria do CBH BPSI que encaminhou solicitação ao IFF, mas que foi pautado para a presente
104 reunião com intenção apenas de caráter informativo, não como uma apresentação técnica
105 detalhada. Falou que o próximo passo é a análise pela Diretoria para os encaminhamentos cabíveis.
106 João Gomes falou que a explicação da Thaís foi perfeita e que contextualizou o tema. Jeferson
107 Fernandes falou que leu rapidamente o parecer técnico do IFF e que atentou para a recomendação
108 final do documento. Disse que em alguns pontos do documento há questionamento se o tema
109 passou pela plenária do Comitê. Falou sobre uma manifestação do CERHI se referindo a uma
110 reunião ampla com o presidente do CBH BPSI, onde este foi questionado pela Subsecretária da
111 SEAS se o parecer do Comitê que consta do processo teria sido aprovado ou não pela plenária, e
112 que a justificativa do Presidente do CBH BPSI foi de não ter havido tempo hábil para apresentar em
113 plenária. Disse considerar muito grave essa condução pela Diretoria sem passar o assunto pela
114 plenária. Falou que por falta de tempo hábil a Diretoria não pode tomar decisão que não lhe
115 compete. Falou que a Diretoria do CBH BPSI está usurpando função do plenário, o que considerou
116 muito sério e grave. Jeferson falou que entende a pontuação da Aparecida sobre a publicidade,
117 mas que defende a posição do Vicente de que se trata de um documento público. Falou que
118 também discorda do Vicente de que o parecer não poderia ser modificado, pois o avanço na
119 discussão permitiria sim uma melhor adequação do documento. Vicente Oliveira falou que
120 também é Diretor do CBH BPSI e que essa matéria não foi objeto de reunião oficial da Diretoria do
121 Comitê. Falou que não participou desse processo pelo Comitê, mas que soube apenas depois do
122 parecer do CBH BPSI pronto e enviado ao CERHI. Vicente falou que o CERHI e a secretaria do
123 CBHBPSI atenderam prontamente às solicitações de documentos apresentadas pelo IFF. Disse que
124 o parecer está colocado e o CBH BPSI pode acatar ou não o que está indicado. Evaldo Gonçalves
125 (Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana), Diretor Vice-Presidente do CBH BPSI, falou que
126 é preciso pontuar algumas questões dentre as 1.800 folhas do processo, como a não citação de
127 usos de águas à jusante do local do empreendimento, entre outros. Disse que hoje não será
128 discutido o documento em si, mas defendeu uma consciência e um direcionamento para a parte
129 prática, tentando corrigir possíveis erros de condução do Comitê. Falou que isso pouparia energia
130 e permitiria um foco no que realmente interessa e que pode ser realizado. Pediu uma condução
131 mais prática visando o que ainda pode ser feito. Perguntou ao Vicente Oliveira se haveria abertura
132 para inserir alguns pontos levantados por sua equipe no parecer. João Gomes falou que Evaldo
133 Gonçalves explanou com sabedoria e disse que vai tentar propor uma deliberação. Falou que o
134 Jeferson tem razão e pode ter ficado surpreso, como em outras ocasiões que lhe foram esclarecidos
135 fatos, e deu como exemplo a iniciativa de criação da conta reserva. Falou que é preciso observar
136 as pontuações do Jeferson sobre possíveis erros de procedimento e que vai reavaliar esses
137 processos. Disse que é importante a participação do Jeferson para apontar possíveis equívocos na
138 condução. Falou que corrobora com a proposta do Evaldo Gonçalves de que se defina para onde o
139 CBH deseja caminhar nesse processo da PCH. Propôs a criação de um Grupo de Trabalho específico
140 para o tema, de forma a discutir aspectos jurídicos, histórico de ações e as decisões a serem
141 tomadas pelo CBH BPSI. Jeferson Fernandes falou que tem participado das reuniões do CBH BPSI
142 com ainda mais facilidade durante a pandemia por conta das reuniões estarem acontecendo online
143 e que sua presença se dá enquanto representante da sociedade civil na plenária. Disse que o papel
144 da OAB no Comitê não é de prestar assessoria jurídica e que esse seria um papel da delegatária
145 que presta esse serviço. Friedrich Herms (CEHI) falou que foi convidado pela Diretoria do CBH BPSI
146 e que fala na presente reunião enquanto membro do CERHI e seu vice-presidente. Explicou que o
147 tema da PCH Saltinho chegou ao CERHI por uma iniciativa da comunidade e não do CBH BPSI. Falou

148 que, por se tratar de uma bacia federal sem comitê instituído, o tema foi conduzido pelo CERHI
149 sem remeter ao CBH BPSI. Explicou que o CERHI decidiu criar em plenária um GT com participação
150 de representantes da região, da empresa responsável pelo projeto do empreendimento, de
151 representantes do poder público, da sociedade civil e do CBH BPSI. Falou que membros desse GT
152 também eram membros da Diretoria do CBH BPSI, mas que não estavam representando o Comitê.
153 Disse que esse processo passou a andar internamente no CBH BPSI a partir da provocação do
154 Evaldo Gonçalves para que fosse solicitado um parecer técnico, e que até então o tema não havia
155 sido tratado internamente pelo CBH BPSI. Carlos Ronald falou que todas as falas foram importantes
156 para avançar na discussão sobre o tema. Falou que no caso é preciso ouvir os gestores do município
157 de Bom Jesus do Itabapoana e a sociedade civil. Disse que está sendo construído um
158 entendimento. Destacou que não foi a Diretoria do Comitê que tomou medidas à revelia da
159 plenária, mas que alguns membros do GT do CERHI são também membros da Diretoria do CBH
160 BPSI e que estes foram convidados pela Diretoria do Conselho Estadual para compor o grupo.
161 Defendeu a proposta do João Gomes de criação de um GT para discutir o tema e então estabelecer
162 um posicionamento do Comitê. Falou que a ideia da Diretoria era discutir o parecer do IFF antes
163 dessa plenária, mas que isso não foi possível por conta de falta de tempo nas reuniões. Vicente
164 Oliveira falou que pode mobilizar a equipe que construiu o parecer do IFF para elaborar uma
165 apresentação e explicação a ser apresentado no GT que deverá ser criado. Marcelo Rezende,
166 representante do grupo político vencedor da eleição municipal majoritária do município de Bom
167 Jesus do Itabapoana, explicou que também é integrante da equipe de transição do próximo
168 governo do referido município. Falou que é engenheiro ambiental sanitaria, sua formação
169 principal, e está tomando conhecimento dos temas ambientais do município, incluindo a questão
170 da PCH Saltinho. Aparecida Vargas falou que seria importante definir algumas regras para a
171 composição desse grupo, como: representação da prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana, do
172 Estado do Rio de Janeiro, do segmento de hidroeletricidade e de outros segmentos que venham a
173 ser impactados. João Gomes sugeriu convidar para compor o GT o Alan Vargas (INEA/SUPBAP) e os
174 quatro diretores que participaram desse processo no âmbito do CERHI. Alan Vargas falou que fica
175 à disposição para participar. Carlos Ronald pediu para inserir o Sindicato Rural de Campos dos
176 Goytacazes no GT. João Gomes pediu para inserir a UFRRJ. Aparecida Vargas sugeriu edição de
177 resolução de criação do GT *ad referendum*. Jeferson Nogueira falou que a resolução é ato
178 meramente formal, pois o grupo está sendo criado nesse momento e com atribuição a ser definida
179 nessa plenária. Carlos Ronald encaminhou discussão para criação e composição do GT por essa
180 plenária. O nome “GT de Avaliação do Processo de Outorga da PCH Saltinho” foi aprovado por
181 unanimidade. Carlos Ronald propôs definir os objetivos do GT criado. Foram definidos os seguintes
182 objetivos: Analisar os documentos pertinentes à PCH Saltinho, incluindo parecer do IFF e demais
183 documentos do processo de outorga da PCH, com vistas à emissão de parecer do Grupo de
184 Trabalho a ser encaminhado a essa plenária. Manifestaram interesse em integrar o GT PCH
185 Saltinho: Marcelo Rezende (nova gestão municipal de Bom Jesus do Itabapoana), como convidado
186 inicialmente. Como membros: ECOANZOL, UENF, OAB e UFRRJ (sociedade civil); Prefeitura
187 Municipal de São João da Barra, Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Prefeitura
188 Municipal de Bom Jesus do Itabapoana e INEA (poder público); CEDAE, Abragel, ASFLUCAN e
189 Sindicato Rural de Campos (usuários), totalizando doze membros titulares. **Item 7 – Apresentação**
190 **de Luíza Salles (Ecoanzol) sobre participação no CNRH:** Luíza Salles pediu desculpas por conta da
191 dificuldade em iniciar antes sua apresentação, que se deu por conta de problemas de saúde da sua
192 mãe. Luíza falou que no ano de 2019 a Ecoanzol passou a integrar o Conselho Nacional de Recursos
193 Hídricos (CNRH), que tem como uma das atribuições a reformulação da política nacional de
194 recursos hídricos. Disse que o trabalho iniciado foi estimulante, pois permitiu colocar em
195 andamento ações que estavam paralisadas e com isso pôde aprender muito e fazer trocas com
196 outros participantes. Destacou que o papel da Agência Nacional de Águas (ANA) está muito forte

197 dentro do Conselho. Falou que as trocas com o Consórcio PCJ têm sido muito enriquecedoras e
198 que o CBH BPSI pode evoluir muito com isso, visando enriquecer o nosso Comitê. Disse que o
199 Professor Jeferson Nascimento e Renata Maranhão possuem uma bagagem imensa. Se colocou à
200 disposição para fazer ponte com esses atores do CNRH e colaborar com o Comitê. Destacou que é
201 representante da Sociedade Civil dentro do Conselho Nacional e se vê num papel de integrar ações,
202 incluindo outros Comitês fluminenses e o CEIVAP. Disse que hoje a Ecoanzol também é
203 representante da Sociedade Civil, como titular, na Câmara Técnica de Educação, Informação,
204 Ciência e Tecnologia (CTECT). Fez as leituras das atribuições da citada CTECT. Falou que é preciso
205 utilizar essas ações para fomentar o desenvolvimento sustentável dentro do território do CBH BPSI.
206 Luiza Salles falou que pretende trabalhar muito pois estará nessa gestão até o ano de 2023.
207 Zenilson Coutinho parabenizou a Luiza pela sua luta no território e destacou a importância de
208 instituições da região estarem compondo diversas instâncias do sistema de gestão de recursos
209 hídricos. Carlos Ronald agradeceu à Luiza Salles e disse que certamente o CBH BPSI saberá
210 aproveitar a oportunidade de fazer essa ponte com seu apoio. Thaís Nacif propôs antecipar as
211 pautas do calendário e formação de comissão eleitoral do CBH BPSI por conta do avançar da hora.
212 João Gomes apoiou a sugestão da Thaís e falou que, em não havendo tempo hábil, a apresentação
213 sobre os processos técnicos e administrativos deve ser enviada aos membros por e-mail. **Item 8 -**
214 **Andamento dos processos administrativos e técnicos:** ficou definido que será enviado arquivo por
215 e-mail aos membros. **Item 9 - Formação de Comissão Eleitoral do CBH BPSI:** João Gomes explicou
216 que foi enviada carta solicitando manifestação do CERHI sobre a possibilidade de prorrogação de
217 mandato da Diretoria e membros do CBH BPSI. Explicou que o CERHI enviou ofício citando que a
218 decisão era exclusiva do Comitê e que este decidiu então por adiar o processo eleitoral e, nesse
219 momento, já criar a comissão eleitoral para tratar do assunto. Thaís Nacif explicou que a
220 prorrogação do mandato foi aprovada na 3ª Reunião Ordinária do CBH BPSI, realizada em
221 15/09/2020, tendo como condicionante uma edição de resolução pelo CERHI, mas que este
222 Conselho respondeu informando que essa decisão de prorrogar ou não seria uma atribuição
223 exclusiva do CBH BPSI. Disse que após a resposta do CERHI a Diretoria do CBH BPSI entendeu por
224 manter a prorrogação e proceder com a formação da comissão eleitoral que analisará como se dará
225 o processo eleitoral e todas as questões relacionadas. Thaís Nacif falou que esses documentos
226 foram apresentados ao jurídico da Agevap para suporte através de parecer. Carlos Ronald
227 encaminhou para a formação da Comissão Eleitoral. Destacou que caberá a comissão elaboração
228 de minuta de Edital e todos os aspectos afins. Lembrou que o Edital deverá ser aprovado
229 posteriormente por essa plenária. Jeferson Fernandes falou que sempre ouviu argumentos do tipo
230 “todos os Comitês fizeram assim” ou “esse procedimento foi adotado por diversos Comitês”, mas
231 que talvez pela primeira vez este Comitê está se posicionando de forma diversa de outros Comitês
232 e pensando com seus próprios argumentos, o que considerou louvável. Falou que o caso da
233 prorrogação, no seu entendimento, foi consolidado após o CERHI manifestar que não tomaria
234 decisão pois era uma atribuição do CBH BPSI. Carlos Ronald falou que uma das principais intenções
235 na prorrogação era a de garantir ampla participação dos interessados num processo eleitoral tão
236 importante como o do CBH BPSI, que tem uma extensa área de atuação. A formação da Comissão
237 Eleitoral foi aprovada por unanimidade. Zenilson (ASFLUCAN) solicitou participação na Comissão
238 Eleitoral. Marcela Toledo (SJB) e Jeferson Fernandes (OAB) falou que poderia compor a comissão,
239 mas disse que não renunciará ao seu posicionamento de que universidades públicas são poder
240 público e não sociedade civil. Aparecida Vargas falou que essa definição está na lei federal nº
241 9.433/97. Jeferson pontuou que as universidades privadas sim podem ser sociedade civil, mas as
242 públicas tratam de matéria de estado e por isso são do segmento poder público. Disse que esse
243 entendimento evitaria a interferência do poder público no segmento da sociedade civil. Aparecida
244 defendeu que o Comitê discuta isso posteriormente e que até mesmo encaminhe seu
245 posicionamento a instâncias superiores. Jeferson disse que não pretende tumultuar o processo e

246 a Comissão, mas apenas destacar seu entendimento. Carlos Ronald falou que esse debate também
247 já ocorreu no Conselho Municipal de Meio Ambiente. Comissão Eleitoral definida: ASFLUCAN,
248 PMSJB e OAB. **Item 10 - Definição do Calendário 2021:** Foram aprovadas as datas de 09/03, 16/06,
249 15/09 e 24/11 para reuniões ordinárias do CBH BPSI no ano de 2021. Ficou definido que este
250 calendário será reavaliado na plenária do dia 09/03/2021, para possíveis ajustes de acordo com
251 calendários de outros Comitês e outras instâncias. A plenária decidiu que a o item de pauta nº 8,
252 como não demanda deliberação, terá sua apresentação enviada por e-mail aos membros e voltará
253 a pauta do dia 09/03/2021. João Gomes agradeceu às 17 pessoas que estão até o momento na
254 reunião e falou que isso fortalece o Comitê e a equipe da Agevap que atende o CBH BPSI. Thaís
255 Nacif falou que esse ano foi muito desafiador, por conta da pandemia e principalmente por conta
256 do atraso na assinatura do contrato de gestão, aditivos e repasses de recursos. Falou que a perda
257 do contrato seria catastrófica para a gestão de recursos hídricos no Estado. Aparecida Vargas falou
258 que o CERHI também fez tudo que estava ao seu alcance para contribuir nesse processo e destacou
259 também o papel dos servidores da SEAS e do INEA, que não deixaram a luta mesmo com todas as
260 mudanças ocorridas no Governo do Estado. Zenilson parabenizou Aparecida pela louvável
261 condução do processo eleitoral do CERHI. **Item 11 – Encerramento:** A reunião foi encerrada às
262 18h51 pelo Diretor Secretário. A presente ATA foi lavrada por Amaro Neto, Especialista
263 Administrativo da AGEVAP – CBH BPSI, e depois de aprovada será assinada pelo Diretor Presidente
264 e Diretor Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.



João Gomes de Siqueira (UENF)

Diretor Presidente



Carlos Ronald Macabu Arêas (P. M. de Campos dos Goytacazes)

Diretor Secretário